

**TJDF**Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

SCEM

Secretaria do Conselho Especial e da Magistratura

Praça Municipal, lote 1, Palácio da Justiça | bloco "C", Térreo, salas 155/160,
(61) 3103 7000, (61) 3103 0806 (fax) | CEP 70094-900, Brasília-DF | www.tjdft.jus.br**URGENTE****MANDADO DE INTIMAÇÃO**

O Excelentíssimo Senhor Desembargador J. J. COSTA CARVALHO, Relator do MANDADO DE SEGURANÇA n. 2013 00 2 007425-9, que tramita perante o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no qual é Impetrante: **CONSÓRCIO GRUPO EMPRESARIAL SOGIMA**, Informantes: **SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL** e OUTRO,

DETERMINA que se proceda, por Oficial de Justiça, à **INTIMAÇÃO** do Excelentíssimo Senhor **SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO**, ou de quem suas vezes fizer, no seguinte endereço: Praça do Buriti – Anexo do Palácio do Buriti – 15º andar, Brasília-DF, CEP: 70075-900, para que preste, no prazo de 10 (dez) dias, as necessárias informações acerca do alegado na peça vestibular da ação mandamental epigrafada, consoante decisão exarada à fl. 180/180v dos respectivos autos, *in verbis*: "(...) **INDEFIRO a liminar**. Intimem-se as autoridades, para que prestem as informações, na forma do art. 7º, I, da Lei 12016/2009. (...). Brasília, 12 de abril de 2013. (a) J. J. COSTA CARVALHO – RELATOR". **QUE SE CUMpra**. Seguem, anexas, cópias da petição inicial da ação em referência, dos documentos que a instruem e da emenda à inicial (fls. 175/176), bem como da r. decisão transcrita parcialmente acima e do despacho de fl. 179. A Diretora da Secretaria do Conselho Especial e da Magistratura subscreve e assina o presente, por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator do processo em referência, na conformidade do art. 225, inciso VII, do Código de Processo Civil e do art. 284 do RITJDFT. Brasília-DF, 14 de maio de 2013.

MÔNICA REGINA SILVA HAUSCHILD
Diretora da Secretaria do Conselho Especial
e da Magistratura

SECAD - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Fls. 03
Rubrica

Recebido em
17/5/2013
11h40.

[Assinatura]
José Walter Vazquez Filho
Secretário de Estado de Transportes

Folha:	
Processo nº:	090.000.455/2010
Rubrica:	<i>[Assinatura]</i> Matrícula: 2593.3

Conselho Especial

Mandado de Segurança nº 2013.00.2.007425-9

Impetrante: Consórcio Grupo Empresarial Sogima

Informantes: Secretário de Transportes do DF e Presidente da Comissão Especial de Licitação

Vistos etc.

Folha: _____
Processo nº: 090.000.455/2010
Rubrica: _____ Matrícula: 2093.3

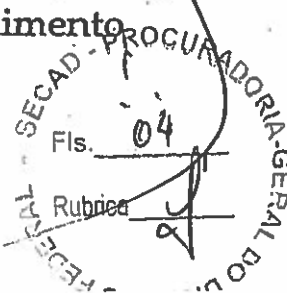
Trata-se de mandado de segurança impetrando contra ato de homologação de adjudicação de concorrência, relativa à licitação para a concessão do serviço de transporte público.

O impetrante defende, em síntese, que houve irregularidades no processo licitatório, uma vez que pessoas jurídicas teriam integrado diversos consórcios distintos, de forma contrária ao edital de licitação. Requer a concessão da segurança, com a liminar de suspensão dos atos das autoridades.

Decido.

O art. 7º, III, da Lei 12.016/2009 impõe a suspensão liminar do ato impugnado quando houver fundamento relevante e a sua prevalência puder resultar na ineficácia da medida.

Em um juízo primário de cognição, não é possível constatar a caracterização de violação à cláusula do edital, a ponto de ensejar a nulidade do procedimento. Por outro lado, não existe dano de difícil reparação ou a possibilidade de ineficácia de eventual concessão da segurança, considerando que o procedimento licitatório já foi encerrado.

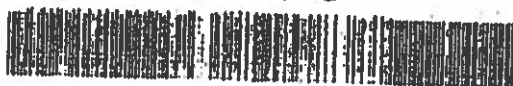


**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RELATOR DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF – DR. J. J. COSTA CARVALHO.**

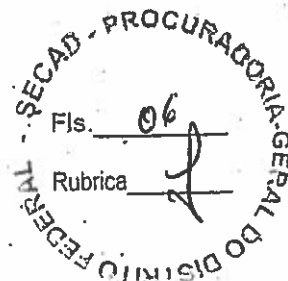
Folha:	
Processo nº	090.010.155/2011
Rubrica:	<i>[assinatura]</i> Matrícula: 28530-3

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
CONSPI HO ESPECIAL
09/04/2011 15:57:49

1795



PROCESSO Nº 2013.00.2.007425-9



CONSÓRCIO GRUPO EMPRESARIAL SOGIMA,
devidamente qualificado nos autos do destacado feito, vem respeitosamente
perante Vossa Excelência, por seu procurador e advogado ao final assinado,
dizer e requerer o que segue de mais espaço:

Atendendo respeitável Despacho de fls., requerer seja retirado o
nome da Secretaria de Transportes do DF do polo passivo, mantendo-se
apenas no referido polo, o Senhor Secretário de Estado de Transportes e o do
Senhor Presidente da Comissão de Licitação.


Apenas para fortalecer o mirificante juízo de convicção de Vossa
Excelência, destaca que não há como não se ligar as empresas Pioneira e
Piracicabana ao mesmo Grupo das Empresas da família Constantino, quando a
própria empresa Piracicabana, em que pese a artimanha dos sócios de
pedirem suas renúncias após a publicação do Edital de Convocação para o
Certame nº 001/2011, ao responder Ofício de senhor Presidente da Comissão
de Licitação pedindo que a mesma junte novos documentos, em resposta
diz "onde se depreende a capacidade representativa do senhor Henrique
Constantino".

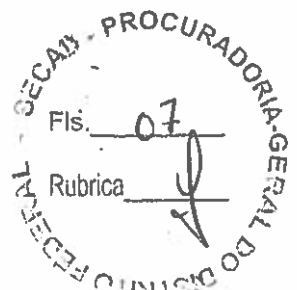
Claro está a total infringência não apenas ao disposto na Lei

8.666/90, como também a dispositivo editalício que impede a juntada de novos documentos após a abertura dos envelopes, ensejando, destarte, a total nulidade do mencionado Certame. É o que se pede e se espera - **SUSPENDENDO LIMINARMENTE**, os efeitos da Licitação, até julgamento final.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.
Brasília-DF, 09 de abril de 2013.

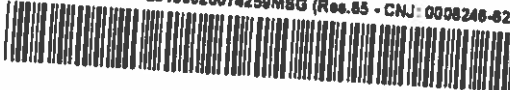

Luiz Fernando de Lima
OAB/DF 11.135

Folha:	
Processo nº:	030.000.455/2010
Rubrica:	 Matricula: 25073



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR DO CONSELHO
ESPECIAL E DA MAGISTRATURA J. J. COSTA CARVALHO,
RELATOR DO MANDADO DE SEGURANÇA N.º
2013.00.2.007425-9.**

TJDF - Circunscrição Judiciária de **BRASÍLIA**
Comprovante de recebimento de Petição
Número do Protocolo: **2013.01.003799953** Data e Hora: 28/05/2013 17:12
Tipo de Peticionante: Outros
Recebido em: Posto de Apoio Judiciário da Corregedoria do Fórum do Meio Ambiente - PAJ FMA
Número Processo: 20130020074259MSG (Res.85 - CNJ: 0008246-62.2013.8.07.0000)



Ref.: Processo n.º 2013.00.2.007425-9

Impetrante: CONSÓRCIO GRUPO EMPRESARIAL SOGIMA

**Impetrado: SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO
FEDERAL E PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE
LICITAÇÃO**

O **DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Anexo do Palácio do Buriti, Edifício Sede da Procuradoria do Distrito Federal, por seu Procurador adiante assinado, vem requerer a juntada das **informações** prestadas pelas autoridades coatoras, ao tempo em que as ratifica e requer a sua inclusão como litisconsorte passivo.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 28 de maio de 2013.



EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190



O presidente da Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria nº 13/2012-ST, de 22 de fevereiro de 2012, em observância ao Princípio da Publicidade, consoante o art. 37, *caput*, da Constituição Federal e o art. 3º, da Lei 8.666/93, torna público aos interessados as informações a seguir.

Informações acerca do
Mandado de Segurança nº 2013.00.2.007425-9

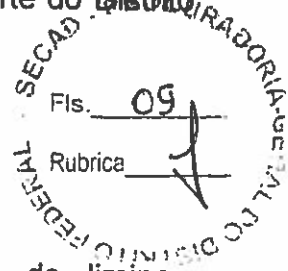
Impetrante: CONSÓRCIO GRUPO EMPRESARIAL SOGIMA.

Impetrados: Presidente da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Transportes do Distrito Federal e Sr. Secretário de Estado de Transporte do Distrito Federal

• **RELATÓRIO**

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por Consórcio Grupo Empresarial SOGIMA visando a SUSPENSÃO de todos os atos do Sr. Secretário de Transportes do Distrito Federal, que por sua vez homologou os atos da Comissão Especial de Licitação, como também, do Presidente da Comissão Especial de Licitação, relativos à Concorrência Pública n.º 001/2011 - ST.

Preliminarmente, o Impetrante afirma que houve desrespeito às regras do edital por parte do Sr. Secretário de Transportes do Distrito Federal e pela Comissão de Licitação, aduz que, a Viação Pioneira foi agraciada com o Lote nº 2 e a Viação Piracicabana com o Lote nº 1, sendo que, ambas fazem parte do mesmo "grupo empresarial dos CONSTANTINOS".





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



Alega o Impetrante que restou violado o princípio da isonomia e a previsão contida no art.43, §3º, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que a Viação Piracicabana teve nova oportunidade de juntar documentos, obtendo sua classificação.

Ao final do tópico, solicita o Impetrante o acatamento da preliminar, a fim de que seja determinado ao Impetrados que tornem nulos seus atos por descumprimento aos princípios basilares da Lei 8.666/93.

Quanto à matéria de mérito, alega o Impetrante, em síntese que: i) a *Empresa Auto Viação Marechal Ltda. desatendeu diversos itens do Edital de Licitação*; ii) o *Consórcio HP – ITA desatendeu vários dispositivos do Edital de Licitação*; iii) a *Viação Pioneira e a Viação Piracicabana fazem parte do mesmo grupo empresarial*; iv) o *Presidente da Comissão de Licitação é empresário do ramo de cachaça tipo exportação e*; v) o *Sr. Secretário e Sr. Subsecretário de Transportes do Distrito Federal seriam suspeitos em razão de terem respondido recentemente um processo criminal por crime de fraude a licitação, no qual foram absolvidos*.

O Ilmo. Des. J.J Costa Carvalho houve por bem em INDEFERIR A LIMINAR postulada pelo Consórcio Impetrante (fls. 180/180v) e intimou as autoridades para prestarem informações acerca do alegado na peça vestibular da ação mandamental.

O Impetrante apresentou pedido de reconsideração o qual foi **INDEFERIDO** pelo Ilmo. Desembargador, conforme decisão abaixo:

"Vistos etc. O impetrante pretende a reconsideração da decisão de fls. 180/180v. Em que pese a alegação de que o processo licitatório ainda não foi finalizado, mas apenas a fase de habilitação, a decisão não é passível de reconsideração, pois não se fazem presentes os requisitos legais para a concessão da liminar - suspensão dos atos do Presidente da Licitação e do Secretário de Transportes. (...) Os fatos trazidos pelo impetrante não são evidentes e inequívocos em um juízo primário de

Brasília – patrimônio da humanidade*
Anexo Palácio do Buriti – 15º andar, Sala 1509
Brasília DF – CEP 70070-900
Telefone: (061) 3441-3441



cognição, de forma a ensejar a suspensão do procedimento licitatório, pois demandam uma análise aprofundada dos documentos. Além disso, é certo que a continuidade da licitação não é passível de implicar dano irreparável ou de difícil reparação, uma vez que, no caso de eventual concessão da segurança, todos os atos estariam comprometidos. Pelo exposto, indefiro o pedido de reconsideração. (...) I. Brasília, 23 de abril de 2013. (a) Desembargador J. J. COSTA CARVALHO - RELATOR."

Como se verá as considerações de fato e de direito constantes da inicial são insubsistentes, impondo-se a denegação da segurança.

• PRELIMINAR

II. 1. ILEGITIMIDADE ATIVA DO CONSÓRCIO IMPETRANTE

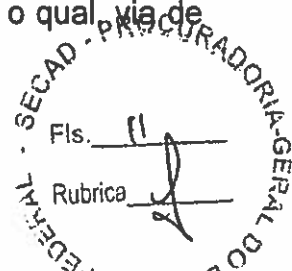
Verifica-se que o Impetrante não detém legitimidade ativa para impetrar a ação mandamental que visa suspender os atos do Sr. Secretário de Transportes do Distrito Federal e do Presidente da Comissão Especial de licitação relativos à Concorrência Pública n.º 001/2011 – ST - REABERTURA.

Isso porque o Consórcio Impetrante **não possui personalidade jurídica**, e sequer está registrado no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, razão pela qual a presente ação deveria ter sido impetrada por todas as empresas integrantes do Consórcio Grupo Empresarial Sogima.

Usualmente, entende-se que o consórcio é uma associação de sociedades com vistas à execução de um determinado objeto comum, o qual, via de regra, não teriam condições de realizar individualmente.

Rubens Requião alega que:

"O consórcio constitui uma modalidade técnica de concentração de empresas. Através dele podem diversas empresas, associando-se mutuamente, assumir atividades e encargos que isoladamente não teriam força econômica e financeira, nem capacidade técnica para executar".





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



A previsão legal de sua disciplina é originalmente enunciada pelos artigos 278 e 279 da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6404/76, a qual tece, como requisito básico de sua constituição, a ausência de personalidade jurídica, pelo que eventual representação deste em juízo deveria ocorrer na pessoa de todas as consórciadas, até porque, *in casu*, não demonstrou o Consórcio Impetrante ter "arquivado no registro do comércio do lugar da sua sede, devendo a certidão do arquivamento ser publicada, sendo assim, não surtem seus efeitos para fins de ajuizamento da ação," consoante expressa previsão do parágrafo único do art. 279 da Lei de S/A, abaixo transcrita:

Art. 279. O consórcio será constituído mediante contrato aprovado pelo órgão da sociedade competente para autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, do qual constarão:

[...]

Parágrafo único. O contrato de consórcio e suas alterações serão arquivados no registro do comércio do lugar da sua sede, devendo a certidão do arquivamento ser publicada."

Além disso, para que fosse possível a impetração do presente *mandamus*, deveria o **Conselho Diretivo** do Consórcio ter aprovado tal medida, nos termos da previsão contida na Cláusula Oitava do Instrumento Particular de Contrato Social do *Consórcio Grupo Empresarial Sogima*.

O Instrumento Particular de Contrato Social do Consórcio Grupo Empresarial Sogima em sua CLÁUSULA OITAVA prevê o seguinte:

II – Do Conselho Diretivo

8.3 O Conselho Diretivo será composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, cabendo a cada uma das consorciadas indicar um representante e o seu respectivo suplente. As CONSORCIADAS mediante prévia e escrita comunicação a outra, poderão, a qualquer tempo, substituir os membros do Conselho Diretivo por ela respectivamente indicados.

8.4 Compete ao Conselho Diretivo:

[...]

Brasília – patrimônio da humanidade*
Anexo Palácio do Buriti – 15º andar, Sala 1509
Brasília DF – CEP 70070-900
Telefone: (061) 3441-3441
Página 4 de 23



d) decidir sobre a conveniência de propor ações judiciais e/ou administrativas relativas a assuntos que afetem o CONSÓRCIO, ou a sua defesa em ações judiciais e/ou administrativas propostas por terceiros contra o CONSÓRCIO.

[...]

8.7 As deliberações do Conselho Diretivo, bem como a indicação de substituição de seus membros pelas CONSORCIADAS, serão registradas em um livro, lavrando-se atas de suas reuniões, as quais serão assinadas por todos os membros."

É certo que, visando comprovar a decisão do Conselho Deliberativo relativa à impetração do *mandamus* deveria o Impetrante ter juntado aos autos ATA DA REUNIÃO de acordo com item 8.7 do Instrumento Particular de Contrato Social do Consórcio Grupo Empresarial Sogima, vez que o Consórcio, representado pela empresa líder, não teria condições de decidir isoladamente pelo ajuizamento da ação.

Consequentemente, ausente a legitimidade ativa do Consórcio para impetrar a presente ação, impõe-se a extinção do presente *mandamus*, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil, denegando-se a segurança, com fulcro no art. 6º., §5º da Lei 12.016/09, segundo o qual "*denega-se o mandado de segurança nos casos previstos pelo art. 267 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil*".



II.2. FALTA INTERESSE PROCESSUAL NA SUSPENSÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

Pretende o Impetrante suspender os atos do Sr. Secretário de Transportes do Distrito Federal e do Presidente da Comissão Especial de Licitação relativos à Concorrência Pública n.º 001/2011 – ST - REABERTURA.

Ocorre, entretanto, que o certame encontra-se devidamente encerrado em relação aos lotes 02, 03, 04 e 05, já tendo sido publicado o aviso de

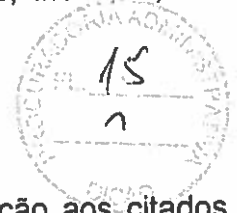




GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



homologação e adjudicação no Diário Oficial do Distrito Federal, e, inclusive, OS CONTRATOS DE CONCESSÃO JÁ FORAM FIRMADOS.



Assim, tornou-se inócua a pretensão inicial em relação aos citados lotes, já que a adjudicação e homologação do objeto do certame sob análise acarretam na ausência de objeto da ação mandamental que vise discutir os atos administrativos praticados no curso do procedimento licitatório.

Com a efetiva adjudicação e homologação do objeto, e a devida assinatura dos contratos, esgota-se o interesse de agir na declaração de nulidade de atos administrativos praticados durante o procedimento licitatório ora demandado.

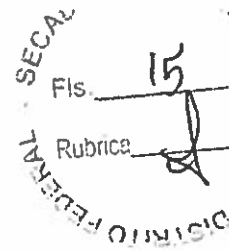
A regra geral do Código de Processo Civil, no seu 2º, estabelece, como condição para o ajuizamento de qualquer ação, a presença do interesse processual da parte.

Como ensinam Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, "*existe interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando esta tutela pode trazer-lhe alguma utilidade do ponto de vista prático*".

No caso em exame, não se encontram presentes quaisquer dos elementos do interesse de agir, inexistindo necessidade e utilidade para o ajuizamento da demanda, uma vez que o processo licitatório cujos atos se pretende anular já se encontra encerrado, tendo sido praticado ato jurídico perfeito posterior, qual seja: assinatura do contrato de concessão, conforme se verifica da documentação anexa.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



Sobre a falta de interesse de agir, em razão da assinatura do contrato administrativo decorrente do procedimento licitatório em que se pretendia questionar, é a orientação do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ENCERRAMENTO DO CERTAME ANTES DA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS. PERDA DO OBJETO DA AÇÃO MANDAMENTAL.

1. Extingue-se o mandado de segurança sem julgamento de mérito, quando, no momento da impetração, a licitação já estava encerrada.
2. Recurso ordinário improvido.

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO DE EXTINÇÃO DO PROCESSO. CABIMENTO. LICITAÇÃO. CONSUMAÇÃO. PERDA DO OBJETO.

1. É cabível recurso ordinário, tanto da decisão denegatória em mandado de segurança quanto daquela que o considera prejudicado ou indefere o pedido, extinguindo-o sem análise do mérito.
2. Impetrado Mandado de Segurança visando a impugnar o curso de procedimento licitatório, a superveniência de conclusão do respectivo certame, com a assinatura do contrato e a entrega do objeto licitado, posto não lograr êxito a tentativa do Recorrente de paralisá-lo via deferimento de pleito liminar, conduz à extinção do writ por falta de interesse processual superveniente, em face do fato consumado.
3. Precedentes desta Corte: ROMS 14938 / PR ; deste relator, DJ de 30/06/2003; MS 5863 / DF ; Rel. Min. MILTON LUIZ PEREIRA DJ de 05/06/2000; RMS 12210, Rel. Min. José Delgado, DJ de 19/02/2002.
4. Ausente a utilidade do writ, requisito que, juntamente com a necessidade da tutela, compõe o interesse de agir, impõe-se a extinção do processo sem análise do mérito.
5. Recurso desprovido." (RMS 17.883/MA. 2004/0017424-6. Relator Ministro Luiz Fux. 1ª T. J: 06.10.2005. DJ: 14.11.2005)

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO (TOMADA DE PREÇOS). INDEFERIMENTO DE LIMINAR. CONSUMAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATORIO. CONSEQUENCIAS SATISFATIVAS. IMPOSSIBILIDADE JURIDICA DE DESCONSTITUI-LAS. FALTA DE OBJETO. EXTINÇÃO DA AÇÃO. EM MANDADO DE SEGURANÇA, OBJETIVANDO O PEDIDO SUSTAR LICITAÇÃO JÁ CONSUMADA, NA IMPOSSIBILIDADE JURIDICA DE DESCONSTITUIR SUAS CONSEQUENCIAS SATISFATIVAS, CARACTERIZA-SE A FALTA DE OBJETO, AUTORIZANDO-SE EM CONSEQUENCIA, A EXTINÇÃO DA AÇÃO. RECURSO DESPROVIDO, SEM DISCREPANCIA." (RMS 6920/AP. 1996/0020524-8. Relator Ministro Demócrito Reinaldo. 1ª T. J: 20.06.1996. DJ: 19.08.1996)

A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é pacífica no sentido de que o encerramento do procedimento licitatório pela



assinatura do contrato de concessão acarreta na perda superveniente do objeto da ação que visa anular atos ocorridos durante o certame:

"MANDADO DE SEGURANÇA. PRETENSÃO QUE VISA À ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO EM RAZÃO DE SUPOSTAS ILEGALIDADES DO EDITAL. LIMINAR INDEFERIDA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. LICITAÇÃO QUE SEGUIU O CURSO REGULAR COM A ADJUDICAÇÃO A UMA DAS EMPRESAS LICITANTES, ASSINATURA E EXECUÇÃO DO CONTRATO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE RECURSAL. A execução do contrato, objeto da licitação que se pretende anular, determina a extinção do mandamus por falta de interesse processual superveniente, uma vez que inviável nova execução do objeto da licitação. Eventuais perdas e danos que devem ser alegadas nas vias judiciais ordinárias. Recurso prejudicado."

(TJSP – Apelação Cível n.º 7771835400 – 11ª Câmara de Direito Público – Rel. Oscild de Lima Júnior – Julg. 21/02/2011).

"LICITAÇÃO - PEDIDO DE ANULAÇÃO - EXTINÇÃO POR FATO SUPERVENIENTE - PERDA DO OBJETO - CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO LICITADO NO CURSO DA LIDE - AUSÊNCIA DE PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS DE DANOS - ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA - DECORRÊNCIA DA PROPOSITURA DA AÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECURSO PREJUDICADO."

(TJSP – Apelação Cível n.º 0103535-72.2005.8.26.0000 – 8ª Câmara de Direito Público – Rel. Cristina Cotofre – Julg. 13/10/2010).

"APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL. ANULAÇÃO DA DECISÃO QUE INABILITOU A AUTORA. ALEGAÇÃO DE PREENCHIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL. IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO CONSEQUÊNCIAS SATISFATIVAS DECORRENTES DO CONTRATO SUBSEQÜENTE. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA DESCONSTITUIÇÃO. FALTA DE INTERESSE SUPERVIENTE. PERDA DE OBJETO DA AÇÃO. "Em ação, objetivado o pedido sustar licitação já consumada, na impossibilidade jurídica de desconstituir suas consequências satisfativas, caracteriza-se a falta de objeto, autorizando-se em consequência, a extinção da ação" STJ, precedentes Honorários advocatícios reduzidos. Recurso parcialmente provido."

(TJSP – Apelação Cível n.º 994.04.049045-9 – 8ª Câmara de Direito Público – Rel. José Santana – Julg. 12/05/2010).

Neste mesmo sentido é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Paraná que firmou este entendimento através do Enunciado 5º, vejamos:

"Extinção Processual
Enunciado n.º 05

SECAD - PROCURADOR
Fls. 16
Rubrica



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



Extingue-se, sem resolução de mérito por superveniente perda de interesse processual, o processo - qualquer que seja a ação que o originou - no qual se impugna procedimento de licitação quando, durante o seu transcorrer, encerrar-se o certame com a homologação e adjudicação do seu objeto, desde que não haja liminar deferida anteriormente."

Diante de todo o exposto, considerando que os efeitos do procedimento licitatório que se pretende anular já se exauriram, ante a assinatura dos contratos de concessão respectivos, impõe-se a extinção da presente ação mandamental, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil, em relação aos lotes 02, 03, 04 e 05 da Concorrência 01/2011-ST.

• **MÉRITO**

Na eventualidade de não serem reconhecidas as preliminares argüidas acima, o que respeitosamente não se espera, passa-se a análise do mérito.

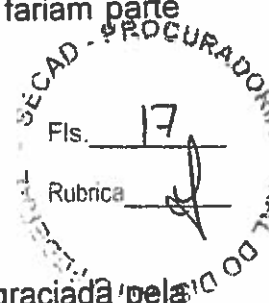
Como se verá, o Consórcio Impetrante carece de direito líquido e certo a ser protegido, devendo ser denegada a segurança.

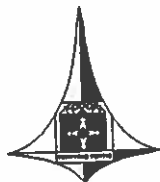
III.A. DA AUSÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO

Assevera o Impetrante que a Viação Pioneira foi agraciada com o Lote nº 2 e a Viação Piracicabana com o Lote nº 1, sendo que, ambas fariam parte do mesmo "grupo empresarial dos CONSTANTINOS".

Não lhe assiste razão.

Primeiro, é de se observar que nenhuma empresa foi agraciada pela contratação para operar o transporte coletivo de passageiros do Distrito Federal, mas as empresas que se sagraram vencedoras na Concorrência nº. 01/2011-ST





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



preencheram os requisitos editalícios exigidos pelo instrumento convocatório, apresentando a proposta de menor tarifa para o serviço público, em benefício do interesse público.

Ademais, insta informar que o Lote 1 da citada concorrência ainda está em fase de julgamento.

Além disso, não restou violada a previsão contida no art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93, vez que em momento algum foi oportunizado a qualquer licitante a inclusão de novos documentos, sendo desprovida de fundamento a alegação constante da inicial.

Pois bem. Quanto à alegação de grupo econômico, é de se observar que para os fins do Edital de Concorrência Pública n.º 001/2011 – ST haveria grupo econômico se os licitantes tivessem, na data de abertura das propostas, “controle societário e/ou administradores comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em quaisquer dos lotes dessa licitação”. É o que dispõem os itens editalícios 4.3, 16.1.2, alínea “g” e 16.1.7, abaixo transcritos:

“4 – OBJETO DA CONCORRÊNCIA

(...)

4.3 - A licitação será processada por meio de 5 (cinco) lotes. As LICITANTES poderão apresentar proposta para quantos lotes lhes interessar, **estando a adjudicação limitada a apenas um lote por LICITANTE**, conforme a ordem de julgamento definida no presente Edital.”

“16 - PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

16.1 - REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

(...)

16.1.2 - **Será vedada a participação de pessoas jurídicas isoladas ou consorciadas, que se enquadrem nas seguintes condições:**

SECAD - PROCURADOR
Fls. 18
Rubrica



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



(...)

g) Que tiverem controle societário e/ou administradores, comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em qualquer dos lotes desta licitação;

(...)

16.1.7 - As LICITANTES poderão apresentar proposta para todos e quaisquer lotes que lhes interessarem, estando, no entanto, a adjudicação limitada a apenas um lote, conforme a ordem de julgamento definida no presente EDITAL." (g.n)

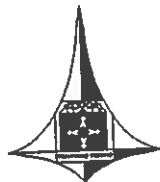
Pela análise dos contratos sociais da contratada Viação Pioneira e da licitante Viação Piracicabana, não se verifica que tais empresas possuam **controle societário ou administradores comuns**.

As citadas empresas são integradas por sócios e administradores **distintos**, ou seja, inexistente controle societário ou administradores comuns.

O fato de os sócios (pessoas físicas) das citadas empresas fazerem parte da sociedade de uma **terceira empresa**, totalmente independente, que **não participou da licitação, não as torna grupo econômico**, notadamente para os fins do Edital de Licitação sob análise, segundo o qual a interdependência entre proponentes vedada na licitação decorreria da existência de controle societário ou administradores comuns entre as empresas licitantes, o que não é o caso.

É de se observar que é corriqueiro que vários sócios de empresas licitantes, eventualmente, sejam acionistas comuns de uma terceira empresa. É o que ocorre, por exemplo, se estivermos diante de acionistas da Petrobrás, Eletrobrás, e outras empresas do mercado de ações. Tal fato, entretanto, não configura grupo econômico para os fins do presente certame licitatório.

Esclareça-se, ainda, que a Comissão Especial de Licitação não pode exigir dos concorrentes nada além das condicionantes previstas no Edital (inexistência de controle societário ou administradores comuns) a título de habilitação



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



e legitimação de suas propostas. Isto é fixado pela Lei Federal nº 8.666/93, que, em seu art. 3º, caput, regulamenta os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo do certame. Vejamos:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (g.n)

Marçal JUSTEN FILHO, ao comentar o princípio do julgamento objetivo, disserta que:

"Em termos amplos, a objetividade significa imparcialidade mais finalidade. O julgamento objetivo exclui a parcialidade (tomada de posição segundo o ponto de vista de uma parte). Mas isso é insuficiente. Além da imparcialidade, o julgamento tem de ser formulado à luz dos valores protegidos pelo Direito. A tutela dos interesses supraindividuais não autoriza, contudo, ignorarem-se as disposições norteadoras do ato convocatório e da Lei. Não se admite que, a pretexto de selecionar a melhor proposta, sejam amesquinhas as garantias e os interesses dos licitantes e ignorado o disposto no ato convocatório.

Todos os critérios norteadores da atividade decisória devem estar previamente indicados no ato convocatório, assujeitados a controle e fiscalização. A adoção de outros critérios caracteriza sigilo ou segredo incompatível com o rigor exigido pela Lei."

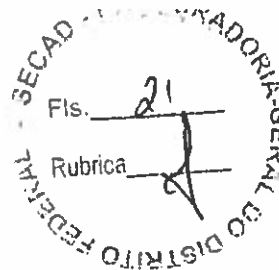
Por fim, neste esteio, relevante citar que o Supremo Tribunal Federal, em aresto de RMS-AgR nº 24.555/DF, de relatoria do Ministro Eros Grau (DJ de 31.03.2006), asseverou que "a Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital (art. 37, XXI, da CF/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei nº 8.666/93), sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto." (g.n.)

[Handwritten signature]

SECAD - PROCURADOR
Fls. 20
Rubrica *[Handwritten signature]*



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



22

Relevante citar que o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que a existência de grupo econômico sequer se verifica unicamente em parcas coincidências de quadro societários (muito menos quando se tratam de pessoas físicas sócias de outras pessoas jurídicas, que por sua vez são sócias de uma terceira empresa), devendo haver efetiva preponderância de uma empresa sobre outra:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA DE BEM NÃO PERTENCENTE À EMPRESA EXECUTADA. GRUPO ECONÔMICO NÃO-CARACTERIZADO. DISSENSO JURISPRUDENCIAL. PARADIGMA ORIUNDO DA JUSTIÇA OBREIRA. IMPOSSIBILIDADE. [...]. 3. Irrefutável a exegese conferida pelo TRF/4ª Região à regra do § 2º, art. 2º, da CLT, no sentido de que "o simples controle acionário de várias empresas por uma ou mais pessoas físicas não é suficiente para a caracterização do grupo econômico - que pressupõe a existência de uma empresa principal e outras subordinadas -, para efeito de configurar a solidariedade passiva". A redação do citado dispositivo é clara ao exigir, para a configuração do grupo econômico a existência de uma ou mais empresas que estejam sob a direção, controle ou administração de outra empresa principal. Assim, não tem qualquer relevância jurídica o fato de o responsável pela executada CN EDITORA DE JORNAIS figurar também no quadro societário da recorrida BIMARK GRÁFICA E EDITORA LTDA. [...]."

No mesmo sentido, manifestou-se recentemente o Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

"A participação simultânea de empresas com sócios comuns em licitação não afronta a legislação vigente e somente merece ser considerada irregular quando puder alijar do certame outros potenciais participantes, como nos casos de: a) convite; b) contratação por dispensa de licitação; c) existência de relação entre as licitantes e a empresa responsável pela elaboração do projeto executivo; d) contratação de uma das empresas para fiscalizar serviço prestado por outra." (TCU. Acórdão 526/2013-Plenário, TC 028.129/2012-1, relator Ministro Marcos Bemquerer Costa, 13.3.2013).

Sendo assim, em atenção aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, figura-se imprópria a suspensão dos atos do certame, não se configurando a alegada violação ao princípio da isonomia, devendo ser negada a segurança pleiteada.



III.B. DA DEVIDA HABILITAÇÃO DA AUTO VIAÇÃO MARECHAL

Afirma o Impetrante que a licitante Auto Viação Marechal Ltda. deixou de apresentar documento fiscal de Inscrição Estadual de seu Estado de origem (Paraná) porque não teria este documento, em decorrência de terem ocorrido três baixas consecutivas desta inscrição (1983, 2001 e 2010), ficando clara a inidoneidade da licitante.

Tal alegação não merece prosperar, vez que a certidão narrativa de inexistência de inscrição estadual é documento hábil a atender a exigência editalícia prevista no item 21.3.1.2 do Edital.

Tal entendimento decorre da expressa redação do inc. II do art. 29 da Lei Federal 8.666/93, que somente exige a apresentação de prova de registro no cadastro de contribuintes estadual se este houver. Vejamos:

"Art. 29. (...)

I - (...);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual."

Convém apontar que, a entidade licitante não pode obrigar as empresas interessadas no certame a possuírem inscrição no cadastro de contribuintes estadual, pois tal inscrição envolve a natureza da atividade desenvolvida e a incidência tributária relativa a esta atividade. Sendo assim, a certidão narrativa da inexistência de inscrição estadual apresentada pela Auto Viação Marechal Ltda. atende ao referido item editalício.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



Explica Marçal JUSTEN FILHO: *"Será possível deixar de apresentar comprovante de inscrição no cadastro estadual em caso de prova de ausência de sua existência".*

No bojo do processo licitatório em comento, restou configurado que a baixa das inscrições estaduais em nome da licitante Auto Viação Marechal Ltda., nos anos de 1983, 2001 e 2010, demonstra que, de fato, a licitante não está inscrita no cadastro estadual de contribuintes relativo à sua sede, corroborando o conteúdo da certidão narrativa de ausência de inscrição juntada pela empresa em sua documentação de habilitação.

Também, aduziu o Impetrante que a Auto Viação Marechal apresentou número de CNPJ no Atestado de Capacidade divergente do CNPJ de seu Contrato Social, afirmando ainda que a referida empresa não seria detentora da frota de 224 carros, mas sim o Consórcio Pontual.

Da análise dos citados documentos facilmente se verifica que se trata de mero erro material, na medida em que, a diferença do número do CNPJ dos documentos apresentados em relação ao número apontado no atestado, faz-se por apenas um único dígito: o terceiro número do CNPJ apresentado é 4, enquanto, o correto seria o número 5. Fica explícito que foi cometido um erro de digitação pelo órgão emissor do Atestado. Tal fato em nada compromete os dados apresentados.

Até porque, em diligência realizada por esta Comissão de Licitação, o Poder Concedente confirmou a veracidade dos dados constantes no referido atestado.

A insurgência do impetrante não merece guarida, tendo em vista que, diferentemente do alegado, verifica-se que o atestado de qualificação técnica



apresentado pela licitante Auto Viação Marechal Ltda. está expressamente em nome desta empresa e atende aos quantitativos mínimos e as exigências editalícias, fazendo prova da capacitação técnica da licitante.

O atestado emitido pela Urbanização de Curitiba S.A.- URBS expressamente indica que os dados são da licitante: "A URBS [...] atesta [...] que a empresa AUTO VIAÇÃO MARECHAL [...]", e não do Consórcio do qual esta faz parte.

O atestado emitido pela URBS informa que de 30.01.1987 a 06.11.2010 a empresa atuou na condição de permissionária, e a partir de 07.11.2010 atua na condição de concessionária integrante do Consórcio Pontual. Pela mera leitura do atestado sob análise, extrai-se que as informações do documento são claras e se referem à empresa licitante e não ao Consórcio, fazendo mera menção de que a empresa integra o Consórcio Pontual.

Corroborando tal entendimento, em diligência realizada por esta Comissão de Licitação, o Poder Concedente, URBS, esclareceu os quantitativos cabíveis ao Consórcio Pontual, confirmando que os dados constantes do atestado referem-se à licitante Auto Viação Marechal Ltda., consoante informação abaixo transcrita, constante do Ofício DTP/035/2013, datado de 25 de março de 2013:





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



EMPRESA	FROTA	PARTICIPAÇÃO
Auto Viação Marechal Ltda.	224	37,84%
Transporte Coletivo Glória Ltda.	235	39,70%
Auto Viação Santo Antônio Ltda.	45	7,60%
Orlando Bertoldi & Cia. Ltda.	88	14,86%
Total Consórcio	592	100%

EMPRESA	MÉDIA MÊS PASSAGEIROS	PARTICIPAÇÃO
Auto Viação Marechal Ltda.	2.301.289	31,38%
Transporte Coletivo Glória Ltda.	3.135.668	42,75%
Auto Viação Santo Antônio Ltda.	868.677	11,84%
Orlando Bertoldi & Cia. Ltda.	1.029.106	14,03%
Total Consórcio	7.334.740	100%

Portanto, descabida a argumentações trazidas pelo Impetrante referente a inabilitação da licitante Auto Viação Marechal Ltda.. Diante do exposto, deve ser negada a segurança do presente Mandado de Segurança.

III.C. DA DEVIDA HABILITAÇÃO DO CONSÓRCIO HP-ITA

Aduz o Impetrante que o licitante Consórcio HP-ITA apresentou Inscrição Estadual vencida, emitida em 20/03/2012, em descumprimento ao item 21.1.3 do Edital. Também, que o Consórcio HP-ITA não atendeu o item 21.5.1.2 do Edital no que se trata da Falência Concordata, vez que existentes várias certidões positivas que demonstram apenas a existência de dívidas sem qualquer recuperação.

No tocante à Inscrição Estadual do Consórcio HP-ITA, a Comissão de Licitação realizou a verificação da regularidade da documentação apresentada, portanto restou comprovado que a inscrição cadastral estadual da empresa encontra-se regular.

Alega a denunciante que o Consórcio apresentou um documento de Inscrição Estadual Inválida com data de 20/03/2012, sendo que, verificada a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



autenticação através da Secretaria da Fazenda de Goiás constatou que este cadastro inexistente.

Reitere-se que, conforme dito no julgamento da habilitação, a Comissão Especial de Licitação promoveu diligência, em 22/03/2013, acessando o site <http://www.sefaz.go.gov.br/ccs/consultar.asp> e verificou que a situação cadastral da Ita Empresa Transportes encontra-se regular (habilitada/ativa).

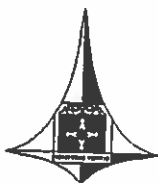
O art. 43, § 3º autoriza a Comissão de Licitação a promover diligência, senão vejamos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

É dever da Comissão de Licitação atestar a veracidade dos documentos cuja emissão é feita por meio eletrônico, pois a aceitação desses é condicionada à confirmação de seus dados. Sendo assim, após consulta no site restou afastado qualquer irregularidade quanto a inscrição cadastral estadual da licitante.

De qualquer sorte, a Certidão Negativa de Débitos Fiscais Estaduais apresentada pela consorciada Ita Empresa de Transportes Ltda. (fl. 30366) supre qualquer dúvida a respeito da existência do cadastro estadual, na medida em que, só é possível a emissão de certidão fiscal em relação a licitantes devidamente inscritas perante a Administração Estadual.

Deste modo, não há que se falar em inabilitação do Consórcio HP-ITA por ausência de comprovação de inscrição cadastral estadual, até porque, a licitante fez prova de sua inscrição no cadastro de contribuintes estadual em



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



atendimento ao item 21.3.1.2 do Edital, a qual foi objeto de confirmação pela entidade licitante.

Por outro lado, quanto às Certidões de Falência e Concordata do Consórcio HP-ITA, informa-se que as consorciadas anexaram certidão do Cartório Distribuidor da Comarca de Goiânia, na qual se relata todas as ações existentes em nome de cada empresa e, ao final (HP - fls. 30458 e ITA - 30488), e **certifica-se expressamente inexistir quaisquer outras distribuições de ações cíveis em geral, especialmente ações de Execução Patrimonial, Falência e Concordata.**

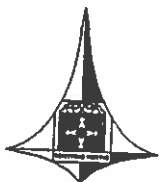
Ademais, às fls. 30483 e 30492 do processo licitatório, o Cartório Distribuir da Comarca de Goiânia indica **inexistir quaisquer outras distribuições de ações cíveis em geral, especialmente ações de recuperação judicial.**

Diante disso, as certidões juntadas pelas consorciadas, expedidas por Cartório Distribuidor de sua sede, tratam-se de documentos hábeis a atender a previsão trazida pelo item 21.5.1.2 do Edital, demonstrando **inexistir** ações de falência e recuperação judicial em curso.

Dito isto, deve ser denegada a segurança do *mandamus*, haja vista o documento apresentado pela licitante Consórcio HP-ITA ser plenamente válido.

III.D. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - SÓCIO DE EMPRESA

Afirma o Impetrante que o Presidente da Comissão Especial de Licitação, Sr. Galeno Furtado Monte, seria sócio-proprietário da empresa



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



popularmente conhecida como CACHAÇA DE ALAMBIQUE CAMBEBA DO BRASIL, em ofensa ao art. 117, X da Lei n.º 8.112/1990.

Tal alegação não encontra fundamento legal, na medida em que a Lei n.º 8.112/1990 limita-se aos servidores públicos vinculados à União, não tendo abrangência no Distrito Federal.

Aponte-se ainda que, nos termos do inciso XVI do art. 6º e o art. 51 da Lei nº 8.666/93 a Comissão tem como dever e deve ser composta da seguinte forma, veja:

"Art. 6º.

[...]

XVI - Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e o cadastramento de licitantes;

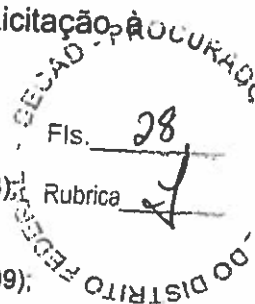
[...]

Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação".

Convém trazer a transcrição a função da Comissão de Licitação, à vista dos dispositivos legais da Lei Federal n.º 8.666/93:

- instruir o processo licitatório, juntando documentos pertinentes (art. 38);
- prestar informações aos interessados;
- providenciar a publicação dos atos em tempo hábil (art. 21, § 1º, art. 109);
- instaurar a fase de habilitação, promovendo, na data previamente marcada, a abertura dos envelopes, a rubrica e a análise dos documentos;
- realizar diligências e habilitar ou inabilitar proponentes (art. 43);
- rever, de ofício ou mediante provocação (recurso), suas decisões, informando, quando necessário, à autoridade superior os recursos interpostos (art. 109, § 4º);
- analisar, julgar e classificar as propostas (art. 43), findando suas atividades com o encerramento da fase de julgamento das propostas, esgotamento do prazo recursal ou julgamento dos recursos eventualmente interpostos, e remessa do processo à autoridade superior."

Brasília - patrimônio da humanidade"
Anexo Palácio do Buriti - 15º andar, Sala 1509
Brasília DF - CEP 70070-900
Telefone: (061) 3441-3441
Página 20 de 23





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



A Comissão Especial de Licitação cumpriu regularmente seu dever/função em relação à Concorrência Pública n.º 001/2011 – ST, inexistindo qualquer irregularidade.

Ressalte-se que diversos mandados de segurança já foram impetrados por empresas que atuam no serviço público de transporte coletivo de passageiros, com um só objetivo: tumultuar o processo licitatório sob análise e perpetuar-se indefinidamente na péssima e caótica prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros do Distrito Federal, que tanto aflige a população do Distrito Federal.

O certame em tela respeitou os princípios de direito administrativo aplicáveis à espécie e representará grande melhoria neste serviço público essencial, em atendimento ao interesse da população do Distrito Federal.

III.E. INDEVIDA ALEGAÇÃO SOBRE SUSPEIÇÃO DO SECRETÁRIO E SUBSECRETÁRIO

Expõe o Impetrante que o Sr. Secretário de Transportes do Distrito Federal, bem como o Subsecretário, deveriam ter se declarado suspeitos para assinatura dos dois primeiros contratos relativos a Concorrência Pública n.º 001/2011, em virtude de recentemente terem respondido por crime de fraude a licitação, **sendo que foram absolvidos.**

Não merece qualquer guarida a alegação do Impetrante, na medida em que, como dito pelo próprio Impetrante **as autoridades foram absolvidas.**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



Reitere-se que, a Comissão Especial de Licitação conduziu o julgamento da Concorrência Pública n.º 001/2011 com estrita vinculação à legislação vigente que rege o presente procedimento e aos princípios previstos no art. 3º da Lei Federal 8.666/93, a saber:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Pelo exposto, deve ser negada a segurança.

• **PEDIDOS**

Diante do exposto, requer:

- Preliminarmente, sejam reconhecidas as preliminares arguidas relativas à ilegitimidade ativa e por falta de interesse processual, extinguindo-se a ação, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI do CPC e, por conseguinte, denegando-se a segurança com fulcro no art. 6º., §5º da Lei 12.016/09;
- Em sede de julgamento final, caso não seja acolhida a preliminar, no mérito, requer seja denegada a segurança, nos termos dos fundamentos anteriormente expostos.

ANEXOS:



Brasília – patrimônio da humanidade
Anexo Palácio do Buriti – 15º andar, Sala 1509
Brasília DF – CEP 70070-900
Telefone: (061) 3441-3441
Página 22 de 23



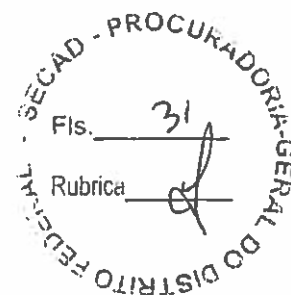
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011-ST



- Decisões do Julgamento da fase de habilitação da Concorrência Pública n.º 001/2011.
- Extrato de Publicação dos Contrato de Concessões firmados – lotes 2, 3, 4 e 5.
- Contratos sociais da Viação Pioneira e da Viação Piracicabana
- Atestado de Capacidade Técnica, Certidão de Ausência da Inscrição Estadual e Contrato Social da Auto Viação Marechal Ltda.
- Diligência - Ofício DTP/035/2013, datado de 25 de março de 2013, emitido pela URBS (referente as atestado da Auto Viação Marechal)
- Fls. 30458/30488/30483/30492 Processo Administrativo (certifica inexistir quaisquer outras distribuições de ações cíveis em geral, especialmente ações de Execução Patrimonial, Falência e Concordata em nome das empresas integrantes do Consórcio HP-ITA)

Brasília – DF, 24 de maio de 2013


GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação nº 01/2011-ST
Presidente



259
100

Conselho Especial

Mandado de Segurança nº 2013.00.2.007425-9

Impetrante: Consórcio Grupo Empresarial Sogima

Informantes: Secretário de Transportes do DF e Presidente da
Comissão Especial de Licitação

Vistos etc.

Trata-se de mandado de segurança impetrando contra ato de homologação de adjudicação de concorrência, relativa à licitação para a concessão do serviço de transporte público.

O impetrante defende, em síntese, que houve irregularidades no processo licitatório, uma vez que pessoas jurídicas teriam integrado diversos consórcios distintos, de forma contrária ao edital de licitação. Requer a concessão da segurança, com a liminar de suspensão dos atos das autoridades.

Decido.

O art. 7º, III, da Lei 12.016/2009 impõe a suspensão liminar do ato impugnado quando houver fundamento relevante e a sua prevalência puder resultar na ineficácia da medida.

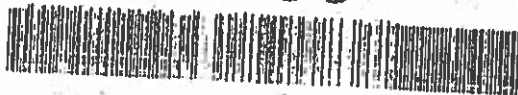
Em um juízo primário de cognição, não é possível constatar a caracterização de violação à cláusula do edital, a ponto de ensejar a nulidade do procedimento. Por outro lado, não existe dano de difícil reparação ou a possibilidade de ineficácia de eventual concessão da segurança, considerando que o procedimento licitatório já foi encerrado.

PROCURADOR GERAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE LICITAÇÃO

250
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RELATOR DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF - DR. J. J. COSTA CARVALHO.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
CONSELHO ESPECIAL
08/04/2011 10:57:49

1795



PROCESSO Nº 2013.00.2.007425-9

CONSÓRCIO GRUPO EMPRESARIAL SOGIMA,
devidamente qualificado nos autos do destacado feito, vem respeitosamente
perante Vossa Excelência, por seu procurador e advogado ao final assinado,
dizer e requerer o que segue de mais espaço:

Atendendo respeitável Despacho de fls., requerer seja retirado o nome da Secretaria de Transportes do DF do polo passivo, mantendo-se apenas no referido polo, o Senhor Secretário de Estado de Transportes e o do Senhor Presidente da Comissão de Licitação.

Apenas para fortalecer o mirificante juízo de convicção de Vossa Excelência, destaca que não há como não se ligar as empresas Pioneira e Piracicabana ao mesmo Grupo das Empresas da família Constantino, quando a própria empresa Piracicabana, em que pese a artimanha dos sócios de pedirem suas renúncias após a publicação do Edital de Convocação para o Certame nº 001/2011, ao responder Ofício de senhor Presidente da Comissão de Licitação pedindo que a mesma junte novos documentos, em resposta diz "onde se depreende a capacidade representativa do senhor Henrique Constantino".

Claro está a total infringência não apenas ao disposto na Lei



8.666/90, como também a dispositivo editalício que impede a juntada de novos documentos após a abertura dos envelopes, ensejando, destarte, a total nulidade do mencionado Certame. É o que se pede e se espera - **SUSPENDENDO LIMINARMENTE**, os efeitos da Licitação, até julgamento final.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.
Brasília-DF, 09 de abril de 2013.


Luiz Fernando de Lima
OAB/DF 11.135

